



www.enaphem.com



O Projeto Logos II e sua atuação em Barra do Garças – MT

The Logos II Project and its performance in Barra do Garças – MT

Eliete Grasiela Both¹

Resumo

Este artigo é um recorte dos resultados de uma pesquisa de doutorado (BOTH, 2021) que se voltou ao estudo da formação de professores (de Matemática) na região de Barra do Garças – MT. O recorte temporal da pesquisa foi a segunda metade do século XX e a região de investigação, composta por seis municípios: Araguaiana, Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT) e Aragarças e Baliza (GO). A pesquisa foi desenvolvida pautada na metodologia da História Oral (HO), pela qual entrevistamos 13 professores (de Matemática) que atuaram na região enfocada, durante o recorte temporal especificado. Por meio da HO, conforme a perspectiva do grupo de pesquisa do qual fazemos parte, Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem), analisamos as narrativas de nossos depoentes, em um cotejamento entre estas e outras fontes disponíveis (bibliográficas, documentais, pictográficas, audiovisuais...). Entre os diversos movimentos de habilitação profissional docente estudados na pesquisa, enfocaremos, neste texto, o Projeto Logos II. Inicialmente, será feita uma contextualização do Projeto, em âmbito nacional, depois discutiremos sua implantação e execução no estado de Mato Grosso e, finalmente, nos voltaremos às suas especificidades, relativamente ao município de Barra do Garças, polo que atendia a professores dos diversos municípios da região enfocada na pesquisa.

Palavras-chave: Formação docente; Habilitação Específica em Magistério; História Oral.

O Projeto Logos II: apontamentos gerais

No cenário de vigência da LDB nº 5.692/71 (Brasil, 1971), devido aos acordos MEC/Usaid² firmados durante a ditadura militar, o Brasil comprometeu-se a

¹ Doutora em Educação Matemática, membro do Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem), professora do Instituto Federal de Mato Grosso. E-mail: eliete.both@ifmt.edu.br.

² “Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 [...] foram firmados 12 [acordos], abrangendo desde a educação primária ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. [...] Os MEC-USAID tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que [...] conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar.” (Minto, 2006, *online*).

encontrar caminhos para resolver o problema do grande número de professores leigos em exercício. Buscando cumprir tal compromisso, foi flexibilizada, na referida Lei, a formação em Nível Supletivo em cursos de habilitação docente para atuação no Ensino Primário. Assim, nasceram alguns programas de formação emergencial de professores, entre os quais os Logos I e II.

O Logos I foi um programa de formação de professores leigos, em nível de 1º Grau, com duração de 12 meses. Foi criado em 1972, iniciado em 1973, finalizado em 1974 e executado na modalidade a distância (Brasil, 1975). Apesar de oferecer habilitação profissional, este não aumentava o nível de escolaridade do cursista (Brasil, 1974a), o que, segundo Gouveia (2016), foi um aspecto negativo do Projeto. Segundo André e Candau (1983), o programa foi aplicado em 4 estados: Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima. Na versão oficial, a metodologia do Logos I “apresentava a vantagem de ser uma técnica de ensino personalizado, visando respeitarem o ritmo de aprendizagem do aluno, ao mesmo tempo elevariam os padrões de eficiência esperados” (Brasil, 1974b, p. 12).

Em 1975, com a reformulação do Logos I, foi lançado seu sucessor: o Logos II. O novo programa destinava-se à habilitação, em nível de 2º Grau, de professores leigos em exercício³, mantendo a metodologia do Logos I. Conforme Gouveia (2016), ambos os projetos ofereciam uma formação baseada nos moldes tecnicistas que regiam a educação à época, principalmente em nível de 2º Grau.

O Projeto Logos II foi implantado em 1976, sendo o Departamento de Ensino Supletivo (DSU) responsável por sua execução e o Centro de Ensino Técnico de Brasília (Ceteb) pelo material didático e demais encargos (Ceteb, 1984). Este operava por meio de convênios com estados e municípios (Brasil, 1975). O Logos II foi executado como Piloto no Piauí, Paraíba, Rondônia, Paraná e Rio Grande do Norte. Depois da fase de teste, foi expandido para 19 estados⁴ (Gouveia, 2016).

O esquema organizacional do Projeto contava com uma Gerência Geral, responsável por “desempenhar todas as funções administrativas necessárias à manutenção do esquema de trabalho” (Brasil, 1975, p.154); Gerências Regionais

³ Gouveia (2016) relata casos de Rondônia nos quais essa orientação do MEC não foi seguida.

⁴ O Logos II foi oferecido no Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe, Roraima e Rondônia (Ceteb, 1987).

(GR), incumbidas da “execução e controle do projeto na unidade federada sob sua responsabilidade, comandando [...] o pessoal alocado” (Brasil, 1975, p. 43). Conforme Gouveia (2016, p. 100,) cabia às GR, “o treinamento, a supervisão e o acompanhamento direto desses funcionários; e do Orientador e Supervisor Docente – OSD”, encarregado de

1^a- organizar a aprendizagem; 2^a- planejar e executar os encontros pedagógicos; 3^a- supervisionar, através de treinamento específico, a prática do microensino; 4^a- exercer as funções administrativas no NP e em relação às gerências regionais e aos financiadores do Logos II; 5^a- agir como líder e agente do envolvimento da comunidade. (Ceteb, 1984, p. 24).

De acordo com André e Candau (1983), os OSD eram professores com habilitação específica mínima em 2^o Grau, ao menos dois anos de experiência em docência nas séries iniciais do 1^o Grau e que passavam por treinamento do Ceteb para o desempenho das funções. Para Arruda (2011, p. 140), “o OSD se caracterizava como um burocrata treinado para aplicar procedimentos constantes em um receituário que precisava ser seguido à risca para garantir a eficiência do programa”. Segundo a autora, muitas vezes, estes eram indicados politicamente pelos prefeitos dos municípios nos quais o Projeto seria executado.

Entre os requisitos aos cursistas estavam: escolaridade mínima (4^a série do 1^o Grau); idade mínima (19⁵ anos para ingresso e 21 para conclusão); estar em atuação nas séries iniciais do 1^o Grau, na rede pública de ensino⁶ e submeter-se a um teste de nivelamento para identificação do material adequado (Brasil, 1975).

Andre e Candau (1983) relatam que o Logos II contava com 204 módulos de estudo, divididos em 28 disciplinas, em duas categorias: Geral e Especial. Cada disciplina correspondia a diversos módulos, e cada aluno podia estudá-los “em seu ritmo próprio de acordo com sua disponibilidade de tempo, conhecimentos prévios, motivação e capacidade de dedicação ao estudo” (Ceteb, 1984, p. 15). Conforme Andre e Candau (1983), os módulos deveriam ser cursados em um prazo de 28 a 30 meses. Entre as atividades estavam: “leituras de textos, estudos em grupos, instrução programada, realização de experiências, excursão, exercícios” (Brasil, 1975, p. 62). Além dos módulos de aprendizagem, os cursistas passavam por um

⁵ Gouveia (2016) identificou duas fichas de cursistas do Logos II, em Rondônia, com idades inferiores à exigida. Isso leva a crer que, algumas vezes, os requisitos de acesso eram flexibilizados.

⁶ Segundo Gouveia (2016), posteriormente foi ampliado a docentes da rede privada.

estágio, dividido em encontros pedagógicos e sessões de microensino (500h) e prática do cursista em sua própria sala de aula (1.120h) (Gouveia, 2016).

Os encontros pedagógicos eram reuniões mensais obrigatórias, com duração entre 6 e 8 horas, geralmente realizadas em fins de semana. Nessas se discutiam os módulos estudados e era feita uma avaliação do encontro (André e Candau, 1983). Nas sessões de microensino, conforme Gouveia (2016), os cursistas ministravam microaulas, de 5 a 25 minutos, supervisionadas pelo OSD a um pequeno grupo de colegas. Estes e o OSD preenchiam um formulário de avaliação da aula e o ministrante fazia uma autoavaliação de sua prática. Assim como nos módulos, os alunos deviam obter uma pontuação mínima na atividade ou repeti-la.

Até 1982, a gestão do Projeto Logos II era totalmente centralizada no MEC. A partir de então, devido ao processo de redemocratização do país, o programa deu início a uma dispersão de comando. Com isso, os estados puderam optar por sua continuidade, sob responsabilidade própria, ou encerrar suas ações (Ceteb, 1984). Nesse período, o MEC continuou provendo o material didático do programa, mas sua gestão orçamentária ficou a cargo dos estados que optaram por mantê-lo. À época, alguns lugares decidiram desenvolver métodos e materiais próprios para o Projeto, e outros mantiveram o Ceteb como produtor do material e fonte de assistência e treinamento (Ceteb, 1984). Segundo uma diretora do Ceteb, depoente de Gouveia (2016), este participou do Projeto até 1988. O Logos II, entretanto, permaneceu em atividade ainda durante a década de 1990.

A promulgação da LDB nº 9.394/96 extinguiu a HEM e instituiu a obrigatoriedade de formação em Licenciatura Plena aos docentes. Assim, os cursos de HEM, em nível de 2º Grau, entraram em extinção progressiva.

O Logos II em Mato Grosso

Em Mato Grosso, o Logos II foi um movimento de habilitação docente de grande abrangência, durante a década de 1980. O Projeto, no estado, foi homologado pela Resolução nº 90, de 18 de dezembro de 1979, do Conselho Estadual de Educação (CEE/MT). A Resolução aprovava a execução do projeto já em 1980 e estabelecia um convênio entre a Seduc/MT e o DSU/MEC (Mato Grosso, 1980). O objetivo do Projeto, conforme a Resolução nº 90/79, era habilitar docentes leigos, em exercício nas 4 primeiras séries do 1º Grau, tanto da rede pública quanto

privada. Um novo convênio, nos termos do anterior, foi firmado entre as partes pela Resolução nº 42, de 14 de junho de 1980, do CEE/MT.

Segundo Luz (2018), a regulamentação do Logos II em Mato Grosso ficou por conta da Instrução Normativa nº 14/80/Seduc/Cesu/DES, do CEE/MT. Conforme a autora, a Normativa estabelecia que o Projeto fosse implantado em municípios com no mínimo 20 professores leigos em exercício nos anos iniciais, pessoas habilitadas em nível superior para atuar no programa, espaço adequado ao funcionamento do Projeto e disponibilidade das prefeituras em firmarem convênio com a Seduc/MT.

Em março de 1980, foi anunciado no DOE/MT um concurso para atuar no Logos II em Cuiabá, Santo Antônio do Leverger e Rosário Oeste, atendendo a 9 municípios (Mato Grosso, 1980c). Em Mato Grosso foram criados 66 Núcleos Pedagógicos (NP) do Projeto, atendendo a 69 polos de formação (Luz, 2018).

Ao ser criado em MT, o Logos II ainda estava centralizado no MEC e operacionalizado pelo Ceteb. Em 1982, com sua descentralização, o estado ainda manteve o vínculo com o Ceteb. Conforme o Extrato de Contrato de Prestação de Serviço nº 89, foi firmado um convênio (com vigência até 1984) entre a Seduc/MT e o Ceteb, com este sendo responsável pelo desenvolvimento do Projeto no estado e atendimento aos cursistas em 1982 e 1983 (Mato Grosso, 1983).

Por outro lado, a elaboração de avaliações e questionários do programa, aparentemente, passou a ficar a cargo do próprio estado. Identificamos no DOE/MT (de 9 de dezembro de 1985) uma notícia sobre o encontro de Coordenadores dos Núcleos de Ensino Supletivo (NES) e Centros de Ensino Supletivo (Cesu), com objetivo de elaboração de avaliações, questionários e provas do Projeto Logos II (Mato Grosso, 1985). Não há menção a representantes do Ceteb no evento, logo, provavelmente isso não era mais responsabilidade do órgão.

Em Mato Grosso, até 1988, existiam os NES que, em diversos locais, tomaram frente na oferta do Logos II. Arruda (2011, p. 142) relata que, em Colíder, o Projeto funcionava fora do NES até 1987, quando o Cesu determinou que todos os cursos e programas de Educação Supletiva do município (inclusive o Logos II) deviam ser transferidos para um único espaço físico, ficando subordinados ao NES. A medida alterou completamente a operação do Projeto, uma vez que

as OSD, que antes coordenavam, orientavam e executavam todas as disciplinas e atividades do curso, ficaram 'apenas' com as disciplinas e atividades relativas à formação para o Magistério, enquanto professores das diferentes áreas do conhecimento que trabalhavam com os cursos de 1º e 2º Grau do NES ficaram responsáveis pelas disciplinas de educação geral. (Arruda, 2011, p. 142).

Com isso, segundo a pesquisadora, o Logos II perdeu visibilidade no município, pois se tornou um entre tantos cursos supletivos oferecidos, mas pondera que, apesar da perda de protagonismo, os resultados da agregação foram positivos ao Projeto, se considerado o número crescente de concluintes, de 1982 a 1991. Além disso, aponta que a medida propiciou economia aos cofres públicos e obrigou os programas de Ensino Supletivo a se posicionarem como instância formadora.

Em 1988, foi anunciado no DOE/MT a criação do Núcleo de Educação Permanente (NEP), em substituição ao NES que não tinha existência legal, nem quadro docente próprio e contava com pouca infraestrutura e grande evasão, indicando urgência de mudanças. O NEP prometia democratizar e dar autonomia ao Ensino Supletivo (Mato Grosso, 1988). A Instrução Normativa nº 09/89, que regulamentou os Núcleos, especificava as responsabilidades dos OSD e definia que cada NEP seria "uma unidade administrativa de execução da política de Educação Supletiva" da Seduc/MT (Mato Grosso, 1989a, art. 2º).

Porém, nem todos os NP do Logos II foram transformados em NEP. Pela Normativa, permaneceriam desvinculados dos NEP, os NP existentes em espaços cedidos. Nesses, a Instrução previa que fosse lotado um docente de cada área e um professor responsável pelas disciplinas específicas, para turmas de até 80 alunos. Já nos NP que funcionassem no NEP, as disciplinas de Formação Geral seriam responsabilidade dos Orientadores de Aprendizagem e as de Formação Especial ficariam a cargo de dois docentes, para cada 80 cursistas (Mato Grosso, 1989a).

A última menção ao Logos II em Cuiabá, que localizamos, foi a Portaria nº 7.981 (Mato Grosso, 1989b). Entretanto, no estado, o Projeto esteve em execução pelo menos até 1993, último ano de oferta deste em Alta Floresta (Luz, 2018).

Atuação do Logos II em Barra do Garças: algumas especificidades

Barra do Garças foi um dos primeiros⁷ Núcleos Pedagógicos (NP) de oferta do programa no estado. Em 23 de maio de 1980 foi noticiado no DOE/MT a implantação do Projeto no município, especificando que as aulas ocorreriam a distância, prevendo um prazo mínimo de 15 e médio de 30 meses para que o cursista o concluísse (Mato Grosso, 1980b).

Segundo Luz (2018), para que um NP fosse criado em um município, este deveria firmar um convênio com a Seduc/MT. Ao discutir as obrigações da Seduc/MT nesses compromissos, a autora cita o Termo de Convênio nº 110, de 7 de outubro de 1991 (do NP de Várzea Grande – MT), que especifica que esta deveria oferecer assistência técnica e pedagógica aos municípios na criação, expansão e desenvolvimento dos cursos, coordenar reuniões de orientação aos profissionais responsáveis, promover a articulação entre Centros de Ensino Supletivo (CES), NES, NEP e NP e garantir docentes e OSD capacitados para atuação nos cursos. É provável que os convênios com os outros NP seguissem prerrogativas semelhantes.

Nosso depoente José participou do Logos II entre dezembro de 1980 e julho de 1982. O professor estava em exercício, tinha, até então, apenas o Ginásio e concluiu o 2º Grau, HEM, pelo Projeto. Segundo o colaborador, todos os docentes de Araguaiana foram para Barra do Garças cursá-lo, uma vez que, à época, nenhum professor daquele município possuía habilitação para o exercício da profissão. Sua turma cursou as seguintes disciplinas pelo programa (quadro 1):

Quadro 1: Currículo do Logos II em 1980.

Disciplinas de Educação Geral	Disciplinas Instrumentais	Disciplinas de Formação Especial
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Informações Pedagógicas	História da Educação
Língua Estrang. Moderna	Técnicas de Estudo	Didática Geral
Educação Artística	Organização do Trab. Intelectual	Sociologia Educacional
Educação Física		Psicologia Educacional
História		Estrutura e Funcionamento do 1º Grau

⁷ Mais especificamente, conforme Luz (2018), foi o oitavo núcleo implantado, depois de Cuiabá, Várzea Grande, Poconé, Juara, Sinop, Rosário Oeste e Santo Antônio do Leverger.

Geografia		Orientação Educacional
OSPB		Didática da Linguagem
Educação Moral e Cívica		Didática da Matemática
Matemática		Didática dos Estudos Sociais
Ciências Físicas e Biológicas		Didática das Ciências Físicas e Biológicas
Programa de Saúde		Currículos do 1º Grau
		Didática da Educação Física
		Técnica de Preparação de Material Didático
		Didática da Educação Artística
		Recreação e Jogos
		Estágio Supervisionado 500h
		Estágio Não-Supervisionado 1.500h

Fonte: Diploma de nosso depoente José, Projeto Logos II (1980). Organização nossa.

Como discutimos, as disciplinas do Projeto eram divididas em módulos, de modo que cada aluno determinava a ordem e o tempo necessário para cursá-los. De acordo com o Ceteb (1984), ao terminar um módulo, ou agrupamento de módulos, o cursista deveria dirigir-se ao NP para submeter-se a exames de desempenho referentes aos conteúdos estudados. Para ser aprovado, devia obter 80% de aproveitamento. Caso reprovasse, poderia prestar a prova mais duas vezes e, caso ainda não obtivesse êxito, passaria por um processo de recuperação, com aulas orientadas pelo OSD e novas avaliações. Não havia limite para o número de vezes que o cursista poderia prestar a recuperação (Brasil, 1975).

José aborda essa questão em sua entrevista. Segundo o depoente, a Delegacia de Ensino disponibilizava as apostilas para os alunos e, então,

nos preparávamos, estudávamos e no dia da avaliação íamos todos para Barra do Garças fazer as provas. A Drec já tinha uma equipe própria para trabalhar com o Logos II. Cada vez que nós íamos, trazíamos três módulos, estudávamos esses módulos e depois íamos fazer as provas, se alcançássemos a nota, trazíamos mais módulos para estudar, senão, voltávamos e estudávamos novamente os que já tínhamos, para refazer as provas no próximo mês. (Both, 2021, p. 281).

Pelo relato, em Barra do Garças a autonomia dos cursistas não era total, já que havia um número exato de módulos que poderiam cursar em cada etapa. O restante das ações, aparentemente, ocorria como estipulado no Projeto Piloto. Além do estudo dos módulos, José comenta sobre as sessões de Microensino:

Lembro que no decorrer do curso, várias vezes, nós precisávamos fazer e levar um planinho de aula pronto e ministrar a aula que havíamos planejado aos professores em Barra do Garças, para eles verem se, realmente,

estávamos nos desenvolvendo dentro da sala de aula. Para o primeiro planinho de aula, quem sentou comigo e me ensinou a fazer foi a professora Justina, que havia sido minha professora de Matemática. (Both, 2021, p. 281).

Conforme o depoente, além da prática da aula, era cobrado dos alunos um plano referente a ela. Essa exigência não constava no Projeto do Logos II e talvez tenha sido exclusiva da Seduc/MT, ou mesmo do Núcleo de Barra do Garças.

José afirma que o curso era ofertado naquele município por meio da Drec/BG. Não localizamos referências ao local de funcionamento do NP de Barra do Garças, em seu período inicial. Inferimos que este operava na Escola Dom Bosco, uma vez que a Portaria nº 5.170, de 26 de novembro de 1980, da Seduc/MT anunciava a contratação de uma servidora para atuação nesta escola, em virtude da criação do Projeto Logos II (Mato Grosso, 1980d).

Nossa depoente Lindomar participou do Logos II anos mais tarde, mas não recorda exatamente o período, e seu diploma, expedido em 1992, não apresenta as datas de início e finalização do curso. Entretanto, a colaboradora comenta que o cursou concomitantemente ao 2º Grau Propedêutico que fazia em outra escola, cujo diploma registra o período de 1988 a 1990.

Lindomar relata que, quando participou do Projeto, a sede era na atual Defensoria Pública de Barra do Garças. Em nossa pesquisa documental localizamos o histórico de uma aluna que cursou o Logos II no município, entre 1991 e 1992. À época, este acontecia no Centro de Estudos Supletivos Professora Marisa Mariano da Silva. É possível que, assim como em Colíder (caso discutido anteriormente), o Logos II de Barra do Garças tenha sido transferido a um local comum aos demais cursos de Ensino Supletivo.

Luz (2018) afirma que, conforme o tamanho do Núcleo, este poderia ter um ou mais OSD. Em Barra do Garças, a Portaria nº 5.825, de 26 de outubro de 1984, da Seduc/MT, nomeava 3 OSD exclusivamente para atuação no nível de 1º Grau do Projeto. Porém, além desses, havia outros em atuação no NP local, já que este ofertava também o nível de 2º Grau e a Habilitação em Magistério, como discutiremos em seguida.

Por atender a um público com diversos níveis de escolaridade, o Logos II, que inicialmente oferecia formação unificada, passou a se dividir em 3 etapas: uma relativa ao nível de 1º Grau, a segunda, ao 2º Grau e a última, à HEM (Ceteb, 1984).

Assim, o Projeto passou a oferecer 3 diplomas, referentes à conclusão de cada uma das etapas. Tal medida objetivava diminuir a evasão do programa, pois “a relativa facilidade de se obter vários certificados [...] [poderia] ser considerado um atrativo adicional” (Ceteb, 1984, p. 57).

Lindomar faz referência a isso, segundo ela, havia alunos que cursavam tanto as disciplinas de Formação Geral quanto as Específicas no Logos II, mas ela estudava o 2º Grau em outra escola e fazia as disciplinas do Magistério no Projeto. Segundo a professora, somente ao finalizar ambos os cursos ela receberia o diploma da HEM, pois a formação em Magistério habilitava o docente em nível de 2º Grau, sendo aquele o último dos 3 diplomas oferecidos. Por cursar apenas as disciplinas específicas, a duração do curso seria de apenas 2 anos. Lindomar, porém, precisou pará-lo no 2º ano por motivos pessoais e depois reiniciá-lo, refazendo todas as disciplinas, o que acabou totalizando 4 anos de participação no Logos II. Isso aconteceu porque, à época, não havia ‘trancamento’ do curso,

se parássemos, precisávamos fazer tudo novamente. Não tinha como aproveitar as disciplinas já cursadas porque eram turmas fechadas. Quando uma turma terminava todas as disciplinas, era encerrada, a matrícula não ficava em aberto para que pudéssemos continuar em outra turma. (Both, 2021, p. 320).

Uma diferença relevante entre o relato de Lindomar e as especificações documentais do programa é que ela o cursou em modalidade presencial.

As aulas do Logos eram todas presenciais, não tinha coisa alguma para fazer em casa, foi um cursinho mega exigente, o mais puxado de todos que eu fiz. [...] Trabalhávamos com confecção de cartazes, elaboração de planejamento de aula, atividades de pesquisa de campo, entre outras. Eu passava a manhã inteira lá, todos os dias, e, algumas vezes, tínhamos de ir no sábado. (Both, 2021, p. 320).

Essa é a única experiência da qual tomamos conhecimento, em que o curso foi oferecido em modalidade presencial. Como a depoente o cursou já ao final da década de 1980, início da década de 1990, pós descentralização do Projeto, é possível que os NP tenham recebido autonomia do estado de Mato Grosso para desenvolver o Logos II em moldes adequados à realidade de cada região. Entretanto, não localizamos qualquer documentação que respalde nossa inferência.

As disciplinas da matriz curricular de Lindomar são as mesmas do histórico de José (quadro 1). Cabe observar que o diploma de Lindomar, entre todos os que tivemos acesso, é o único a apresentar a carga horária das disciplinas, já que seu curso foi presencial, ao contrário dos demais. Outra diferença entre seu diploma e o de José são as horas de estágio, no curso dela foram diminuídas (o supervisionado passou de 500h a 345h e o não-supervisionado de 1.500h a 720h). O histórico do curso, que identificamos em nossa pesquisa documental, no período 1991-1992, é igual ao de Lindomar. Mesmo alterada a modalidade de oferta, voltando a ser a distância, aparentemente o material didático permaneceu. Na opinião da depoente,

O Logos era um curso perfeito para quem queria ser alfabetizadora [...] com a professora de ortografia e caligrafia, que tínhamos no Logos, não podíamos nem entortar a letra, tinha de ser perfeito, ela falava: "Você vai ser alfabetizadora! Tem de ser perfeita a letra! [...] [O curso] tinha módulos muito bons. Os módulos eram os livros que o governo do estado mandava, na verdade, não eram livros, eram cadernos [...] que vinham com todo o conteúdo da disciplina, tudo o que tínhamos de fazer, as atividades, as explicações, tudinho. A melhor parte, é que era tudo de graça, não precisávamos pagar coisa alguma. [...] Tínhamos muitas aulas práticas, na verdade, era mais prático que teórico, porque, como te falei, eu fazia somente as disciplinas específicas do que iria utilizar em sala de aula. [...] Além disso, ainda fizemos estágio. (Both, 2021, p. 321).

Lindomar indica o Logos II como o curso que mais a preparou à docência, colocando-o acima dos cursos de Pedagogia e da Licenciatura em Letras, que cursou mais tarde. A depoente atribui essa diferença ao número de aulas práticas oferecidas no programa. José também teceu elogios ao Projeto, classificando-o como aprofundado, exigente e totalmente focado na prática.

Não foi possível determinarmos, exatamente, até quando o Logos II esteve em funcionamento em Barra do Garças. A última documentação que localizamos relativa ao programa é o histórico ao qual nos referimos, que registra a finalização do curso em 1º de abril de 1992.

Considerações Finais

Conforme indicamos nas discussões realizadas, o Projeto Logos II foi um programa de habilitação docente, em caráter emergencial, implantado, em nível nacional, no ano de 1976. No estado de Mato Grosso, este passou a oferecer formação aos professores a partir de 1980, sendo Barra do Garças um dos

primeiros municípios de oferta do programa.

O Projeto se pautava em uma metodologia de ensino apostilado que permitia certa flexibilidade de prazos aos professores-cursistas para concluírem os módulos oferecidos, bem como o próprio curso.

Com relação à região que enfocamos em nossa investigação de doutorado, o Logos II se configurou como um dos programas de habilitação de docentes em exercício de maior impacto durante a segunda metade do século XX. Nossos depoentes que o cursaram identificaram diversos aspectos positivos no Projeto, principalmente o foco deste em um ensino, para o professor-cursista, voltado à sua prática em sala de aula. Uma das peculiaridades que mais se destacaram foi a oferta do Projeto em formato estritamente presencial a pelo menos uma das turmas formadas, em Barra do Garças, pelo Logos II. Esse modelo de formação contrariava as diretrizes nacionais do Projeto e não encontramos registros de outras ocorrências nesse sentido, nas diversas investigações bibliográficas e/ou documentais que fizemos.

O Projeto foi oficialmente extinto, no Brasil, pela LDB de 1996. No estado de Mato Grosso, encontramos registros de suas operações até o ano de 1993 e, em Barra do Garças, ele esteve em operação pelo menos até 1992.

Referências

Both, E. G. (2021). Outros Diamantes: histórias da formação de professores (de Matemática) em uma região de garimpo. (Tese Doutorado em Educação Matemática). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

André, M. E. D. A.; Candau, V. M. (1983). O Projeto Logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí. In: *II Seminário Regional da Pesquisa em Educação* (pp. 22-28) Belo Horizonte.

Arruda, E. B. (2011). *Uma tentativa de reinvenção da escola pública como instrumento de emancipação dos trabalhadores – o caso do NEP de Colíder*. (Dissertação Mestrado em Educação). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

Brasil (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília.

Brasil (1974a). Ministério da Educação e Cultura; Departamento de Ensino Supletivo. *Projeto Logos I: O desafio da experimentação o resultado*, Brasília.

Brasil (1974b). Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. *Projeto Logos II*. Brasília.

Brasil (1975). Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. *Projeto Logos II*, Brasília.

Ceteb (1984). *Logos II: Registro de uma experiência*. Brasília: Ceteb.

Ceteb (1987). *Logos II: Psicologia educacional. Módulo 3*. Brasília: Ceteb.

Gouveia, C. T. G. (2016). *O Projeto Logos II em Rondônia: a implantação do projeto-piloto e as mudanças em sua organização político-pedagógica*. (Dissertação Mestrado em Educação Matemática). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.

Luz, R. (2018) *Treinamento em Serviço: formação de professoras e professores não titulados no projeto Logos II em Alta Floresta, Mato Grosso (1980-1993)*. (Dissertação Mestrado em Educação). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

Mato Grosso (1980c). Diário Oficial de Mato Grosso. *Cursos Logos II*. Cuiabá.

Mato Grosso (1980b). Diário Oficial de Mato Grosso. *Implantado Projeto Logos II em Barra do Garças*. Cuiabá.

Mato Grosso (1988). Diário Oficial de Mato Grosso. *Núcleo de Educação Permanente vai democratizar a educação*. Cuiabá.

Mato Grosso (1983). Secretaria de Educação e Cultura. *Extrato de Contrato de Prestação de Serviços nº 39/83*. Cuiabá.

Mato Grosso (1989a). Secretaria de Educação e Cultura. *Instrução Normativa nº009/89, de 11 de outubro de 1989*. Cuiabá.

Mato Grosso (1980d). Secretaria de Educação e Cultura. *Portaria nº 5170, de 26 de novembro de 1980*. Cuiabá.

Mato Grosso (1989b). Secretaria de Educação e Cultura. *Portaria nº 7981/89, de 9 de novembro de 1989*. Cuiabá.

Mato Grosso (1985). Secretaria de Educação e Cultura. *Secretaria de Educação e Cultura encerra encontro e treinamento no Homat*. Cuiabá.

Minto, L. W. (2006) verbete In: *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Lombardi, J. C.; Saviani, D.; Nascimento, M. I. M. (Orgs.). Campinas, SP. Graf. FE: *HistedBR*.
